

Galdino Luiz Ramos Junior  
Prefácio de Fernanda Mesquita Serva

# Princípios Constitucionais do Processo

Visão Crítica

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2018

Copyright © 2018 by Galdino Luiz Ramos Júnior

Categoria: Acesso à Justiça

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rosane Abel

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

R175p

Ramos Júnior, Galdino Luiz.

Princípios constitucionais do processo : visão crítica / Gal-  
dino Luiz Ramos Júnior. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2018.  
164 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 143-147.

*1119960*

ISBN 978-85-519-0518-0

1. Novo Código de Processo Civil. 2. Movimentos Sociais.  
3. Crítica Jurídica. 4. Direito Civil. I. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>Prefácio .....</b>	<b>XIII</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>Introdução à segunda edição .....</b>	<b>5</b>
<b>Capítulo I .....</b>	<b>7</b>
<b>Capítulo II.....</b>	<b>17</b>
2.1 Princípios Constitucionais: sua força normativa.....	17
2.2 Os Princípios Constitucionais Processuais .....	19
2.2.1 Generalidades.....	19
2.2.2 Nomenclatura.....	21
2.2.3 O devido processo legal.....	21
2.2.3.1 Origens históricas.....	21
2.2.3.2 O Devido processo legal em seu sentido genérico.....	25
2.2.3.3 “Substantive due process” .....	27
2.2.3.3.1 Um contraponto.....	29
2.2.3.3.2 Manutenção da terminologia.....	30
2.2.3.4 “Procedural due process”.....	32
2.2.3.5 O devido processo legal e a evolução de seu conceito no Brasil .....	33
2.2.3.6 Outras questões relativas ao devido processo legal .....	37
2.2.4 O Princípio do Contraditório.....	40
2.2.4.1 O Contraditório no novo Código de Processo Civil.....	40
2.2.4.2 O Contraditório e seus limites .....	42
2.2.4.2.1 Tutelas provisórias.....	43
2.2.4.2.2 Ação Monitória.....	48
2.2.4.2.3 Julgamento Antecipado do Mérito.....	49
2.2.4.2.4 Julgamento Antecipado Parcial do Mérito.....	50
2.2.4.3 O Contraditório e o Curador Especial .....	50
2.2.4.4 O Contraditório no Processo Penal.....	54
2.2.5 Ampla defesa: consectário do Contraditório .....	57

2.2.6 Princípio da Publicidade e da Motivação .....	58
2.2.6.1 Princípio da motivação.....	60
2.2.7 Princípio da Eficiência Processual .....	62
<b>Capítulo III .....</b>	<b>67</b>
3.1 A inscrição do princípio no Direito Brasileiro e considerações necessárias .....	67
3.2 Conceito de acesso à justiça e seu alcance.....	73
3.3 O conceito ideal de acesso à justiça.....	77
3.4 As experiências .....	77
3.4.1 Assistência jurídica aos carentes: a garantia prevista na Constituição Federal .....	78
3.4.1.1 O órgão responsável pela prestação da Assistência Jurídica Integral e Gratuita .....	81
3.4.1.2 O convênio Defensoria Pública e OAB.....	82
3.4.2 Os Juizados Especiais .....	86
3.4.3 O Ensino Jurídico .....	88
3.4.3.1 Considerações acerca do ensino jurídico contemporâneo. Algumas sugestões para seu aprimoramento.....	89
3.4.4 Experiências de Conciliação. Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCS) e Núcleos de Mediação .....	92
<b>Capítulo IV .....</b>	<b>95</b>
4.1 O Direito e suas concepções .....	95
4.1.1 Direito Norma.....	95
4.1.2 Direito Faculdade.....	96
4.1.3 Direito Ciência .....	96
4.1.4 Direito Fato Social .....	97
4.1.5 Direito e o Justo .....	97
4.1.5.1 Justiça dos Vencedores e Justiça dos Vencidos.....	98
4.1.5.2 Justiça Conservadora e Justiça Transformadora .....	99
4.2 Uma visão crítica: aspecto geral .....	102
4.2.1 A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Artigo 5º: uma alternativa social .....	103
4.2.1.1 O artigo 5º da LINDB e a Dignidade Humana do art. 8º do novo CPC.....	106

4.2.1.2 O Direito Congênito dos Índios: um esclarecimento e um início .....	108
4.2.2 A constitucionalização do Direito Civil: o novo modelo contratual .....	111
4.2.3 Direito Alternativo? .....	118
4.2.4 História do Movimento .....	118
4.2.5 O início do movimento e sua evolução .....	121
4.3 A desmistificação necessária .....	122
4.4 O que é Direito Alternativo? .....	129
4.5 Concluindo.....	137
<b>Capítulo V .....</b>	<b>139</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>143</b>